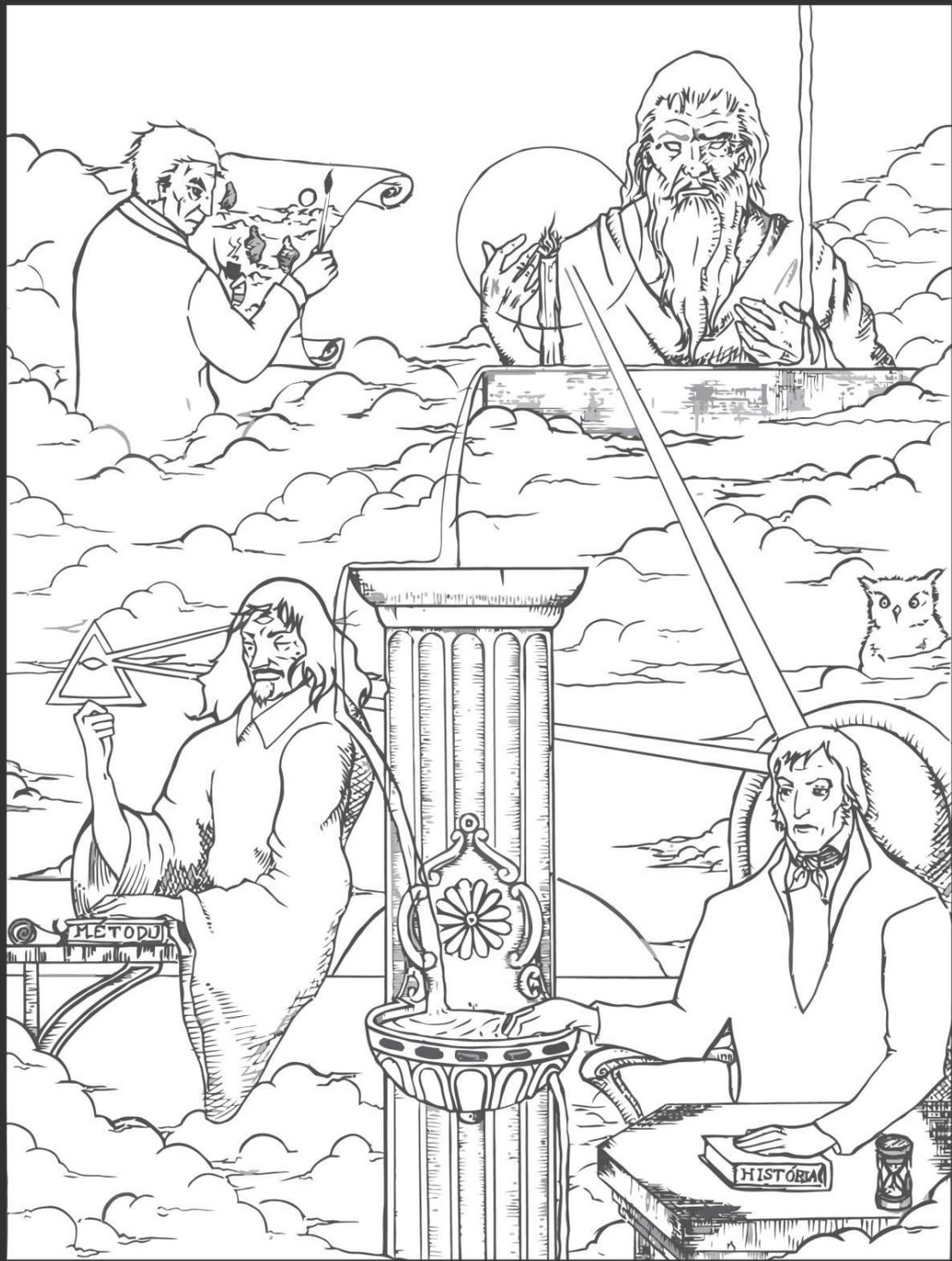


REVISTA APROXIMAÇÃO

REVISTA ELETRÔNICA DOS ESTUDANTES DE FILOSOFIA DA UFRJ
EDIÇÃO ESPECIAL

EDIÇÃO ESPECIAL II ENCONTRO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA: METODOLOGIAS NO ENSINO DE FILOSOFIA



REVISTA APROXIMAÇÃO

(Revista eletrônica dos estudantes de graduação em Filosofia da UFRJ)

Edição Especial - II Encontro de Licenciatura em Filosofia: Metodologias no Ensino de Filosofia - IFCS/UFRJ - Outubro de 2018

<https://aproximacaoifcs.wordpress.com>

A Revista Aproximação é uma publicação acadêmica eletrônica especializada em Filosofia. Seu objetivo principal é veicular o trabalho de pesquisa dos graduandos da UFRJ. Estamos abertos, entretanto, a qualquer proposta cujo principal interesse seja o da pesquisa filosófica.

© Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Expediente – Comissão Editorial

Daniel Moura Justo
Eduardo Urzúa da Rocha
Fellipe da Costa
Karol Noberto Guimarães
Luany Beatriz André de Oliveira
Milena Monteiro Rodrigues
Pedro Ferreira Pedalini Pires
Renata Martins Prado Matos Augusto
Vinicius Costa Moinhos Gil

Editora-chefe

Renata Martins Prado Matos Augusto

Conselho Editorial

Alexandre Costa, Alice Haddad, Andrea Cachel, Antonio Rufino, Antonio Saturnino Braga, Carolina de Melo Bomfim Araújo, Carlos Eduardo Oliveira, Celso Martins Azar Filho, Cesar Battisti, Cláudia Drucker, Clovis Brondani, Eduardo Brandão, Elizabeth Dias, Ethel Menezes Rocha, Fernando José de Santoro Moreira, Flavio Williges, Franklin Trein, Gilvan Fogel, Guilherme Castelo Branco, Helio Alexandre, José Claudio Matos, Léo Peruzzo, Lethicia Ouro, Luiz Maurício Menezes, Marco Antonio Caron Ruffino, Marcus Reis Pinheiro, Maria Clara Dias, Mariluze Ferreira, Mário Antônio de Lacerda Guerreiro, Mário Carvalho, Marisa Muguruza, Miguel Attie, Patrick Estellita Cavalcanti Pessoa, Pedro Costa Rego, Pedro Duarte de Andrade, Pedro Pricladnitzky, Rafael Haddock Lobo, Rafael Mello Barbosa, Raquel Krempel, Raul Landim Filho, Ricardo Jardim Andrade, Rodrigo Guerizoli, Rosalie Pereira, Ulysses Pinheiro, Valdetonio Pereira de Alencar, Vera Cristina Bueno, Vilmar Debona, Wilson John Pessoa Mendonça.

Imagem da capa por:

Antonio Braga Araújo Junior, Bernardo Barreto, João Neri Schneider, Luan Lima Freitas, Mateus de Oliveira da Cruz e Renata Campelo Bello Lima.

Contato: revistaaproximacao@gmail.com



Sumário

Editorial	03
Programação e Dados do II Encontro de Licenciatura em Filosofia	06
BNCC: um programa equivocado ou um equívoco programado?	07
<i>Anabelle Loivos Considera</i>	
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	09
<i>Marco Antonio Aguiar Santos</i>	
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	11
<i>Francisco Cordeiro Filho</i>	
Educação física e filosofia: uma abordagem interdisciplinar	13
<i>Paula Crespo Cerri</i>	
Matemática e Filosofia: uma abordagem interdisciplinar	15
<i>Luiz Alexandre Ferreira Gomes</i>	
Química e Filosofia: uma abordagem interdisciplinar	17
<i>Paula Macedo Lessa dos Santos</i>	
Pela criação de metodologias no Ensino de Filosofia	19
<i>Bernardo Boelsums Barreto Sansevero</i>	
Dificuldades do professor de filosofia recém-formado: o desenvolvimento do perfil profissional e a elaboração de uma metodologia própria	21
<i>Fabiana Lessa dos Santos</i>	
Pensando novos modos de aprender a ensinar	23
<i>Lucio Lauro B. Massafferri Salles</i>	
A metodologia do ensino de Filosofia em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)	25
<i>Ricardo Pedroza Vieira</i>	

Editorial

A Revista Aproximação volta à atividade com uma edição especial para registrar as discussões promovidas no II Encontro de Licenciatura: Metodologias no Ensino de Filosofia (II Encontro LICFIL), evento promovido pela professora Dra. Íris Rodrigues de Oliveira (FE/UFRJ) e pelos alunos da disciplina de Didática da Filosofia do ano de 2018. Em sua segunda Edição, o II Encontro LICFIL discutiu o atual cenário da legislação educacional no Brasil; os desafios enfrentados pelos professores recém-formados e mesmo os mais experientes; e as diferentes metodologias no ensino de Filosofia para alunos da Educação Básica, não só na disciplina de Filosofia, mas também as possibilidades interdisciplinares com a Matemática, a Química e a Educação Física.

O II Encontro LICFIL ocorreu no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (IFCS/UFRJ) nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2018, contando com mais de cem participantes ao longo dos três dias de Encontro; e lá, alunos e professores puderam conhecer e discutir sobre a prática docente após a graduação, as normas reguladoras de suas atividades profissionais, a dinâmica da sala de aula no dia a dia, as possibilidades de se trabalhar a filosofia dentro e fora da disciplina curricular, a superação de dificuldades e a relação com os alunos.

A Edição Especial da Revista Aproximação II Encontro de Licenciatura: Metodologias no Ensino de Filosofia é composta pelos resumos das palestras proferidas durante os três dias do Encontro.

No primeiro dia foram tratados temas pertinentes à legislação que regulamenta a atuação dos professores de Filosofia na Educação Básica. A professora e pesquisadora nas áreas de Educação e Letras da Faculdade de Educação da UFRJ, Dra. Anabelle Loivos Considera, falou sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Marco Antonio Aguiar Santos, pedagogo e Coordenador-Orientador Pedagógico do Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica - SR1 - Sub Reitoria de Graduação da UERJ, nos trouxe apontamentos sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Já o professor Dr. Francisco Cordeiro Filho, que

coordena o grupo de Educação Ambiental e Ensino de Ciências (GEA/UFRJ) e é vice-coordenador do Laboratório de Pesquisa em Tecnologias da Informação e da Comunicação (LATEC/UFRJ) discorreu sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

O segundo dia foi dedicado à abordagem interdisciplinar da Filosofia e outras disciplinas. A professora de Educação Física do Colégio Pedro II (*campus* Engenho Novo II) Paula Crespo Cerri — também licencianda em Filosofia e especialista em Filosofia Moderna e Contemporânea — nos mostrou as interseções possíveis entre Educação Física e Filosofia. A professora Paula é. Já o professor de matemática das redes municipal (Escola Municipal Comunidade de Vargem Grande) e estadual (Colégio Estadual Governador Carlos Lacerda) do Rio de Janeiro, Luiz Alexandre Ferreira Gomes, que é também licenciado em Filosofia, tratou do tema Matemática e Filosofia. A professora Dra. Paula Macedo Lessa dos Santos, atuante no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Química Modalidade Mestrado Profissional em Ensino de Química (PEQui) e do Mestrado Profissional em Química (PROFQUI) pelo Instituto de Química da UFRJ promoveu um debate sobre a Química e a Filosofia na Educação Básica.

O terceiro e último dia do II Encontro LICFIL foi dedicado a discutir as Metodologias no Ensino de Filosofia com o professor Dr. Bernardo Barreto, que atua no Colégio Pedro II (*campus* Humaitá), e o professor Dr. Lucio Massafferri que é especialista em psicanálise e professor de Filosofia da rede estadual do Estado do Rio de Janeiro no Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral e no CIEP Ayrton Senna. As dificuldades do professor de filosofia recém-formado foram analisadas pela professora Fabiana dos Santos Lessa, atuante na rede privada de ensino lecionando Filosofia e Sociologia no Colégio de Aplicação da Unigranrio. O professor Dr. Ricardo Vieira, atuante no Colégio Pedro II (*campus* Engenho Novo), encerrou o Encontro com a palestra sobre o ensino de Filosofia em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A capa de nossa edição especial foi uma produção dos alunos de Iniciação Científica do Colégio Pedro II, *campus* Humaitá II, Antonio Braga Araújo Junior, João Neri Schneider, Luan Lima Freitas, Mateus de Oliveira da Cruz e Renata Campelo Bello Lima. O título da pesquisa conduzida ao longo dos anos letivos de 2016 e 2017 é

“*Incurões Filosóficas no livro ‘História do Pensamento Ocidental’ de Bertrand Russell*”. O grupo foi coordenado pelo professor Dr. Bernardo Barreto, que nos apresentou o *banner* com a imagem que foi exposto na III Jornada de Iniciação Científica do Colégio Pedro II. A imagem nos foi gentilmente cedida para compor esta Edição Especial da Revista Aproximação.

Que o Encontro de Licenciatura tenha numerosas e profícuas edições!

Boa leitura a todos!

Comissão Editorial – Revista Aproximação.

**Programação do II Encontro de Licenciatura: Metodologias no Ensino de Filosofia****DIA 09·10·2018**

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Anabelle Considera (UFRJ)
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Marco Antonio Santos
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - Francisco Cordeiro Filho
Mediadora: Raysa Fregona

DIA 10·10·2018

Educação Física e Filosofia - Paula Cerri (Colégio Pedro II - campus Engenho Novo II)
Matemática e Filosofia - Luiz Alexandre Gomes (Colégio Estadual)
Química e Filosofia - Paula Lessa dos Santos (UFRJ)
Mediadora: Elaine Lisboa

DIA 11·10·2018

Metodologias no Ensino de Filosofia - Bernardo Barreto (Colégio Pedro II - campus Humaitá II)
Dificuldades do Recém-formado - Fabiana Lessa (Colégio de Aplicação da Unigranrio)
Metodologias no Ensino de Filosofia - Lucio Massaferrri (Colégio Estadual Pedro Álvares Cabral)
A metodologia do ensino de Filosofia em turmas de EJA - Ricardo Vieira (Colégio Pedro II - campus Engenho Novo II)
Mediadora: Renata Augusto

Comissão Organizadora do Encontro de Licenciatura:

Profa. Dra. Íris Rodrigues de Oliveira
Elaine Lisboa - Licencianda em Filosofia pelo IFCS/UFRJ
Elis Bodim - Licencianda em Filosofia pelo IFCS/UFRJ
Daniela Oliveira - Licencianda em Filosofia pelo IFCS/UFRJ
Gabriel Vilarinho - Licenciando em Filosofia pelo IFCS/UFRJ
Karina Siess - Licencianda em Filosofia pelo IFCS/UFRJ
Luiz Felipe Carmo de O' Lopes - Licenciando em Filosofia pelo IFCS/UFRJ
Raysa Fregona - Licencianda em Filosofia pelo IFCS/UFRJ
Renata Augusto - Licencianda em Filosofia pelo IFCS/UFRJ
Welington Jonathan Santos Miranda - Licenciando em Filosofia pelo IFCS/UFRJ

Local de Realização:

Sala Celso Lemos - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais UFRJ - Rio de Janeiro

Site do evento:

<https://encontrolicfil.wixsite.com/2encontrolicfil/>

BNCC: um programa equivocado ou um equívoco programado?

Professora Anabelle Loivos Considera

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conceitualmente, é a nova diretriz curricular editada e normatizada pelo Ministério da Educação (MEC), cujo objetivo é o de definir as áreas do conhecimento integrantes dos currículos e propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e particulares de Educação Infantil e Fundamental. Além disso, a BNCC discrimina os conhecimentos, competências e habilidades em cada disciplina escolar, quando aplicados a situações da vida prática do estudante. Como política educacional, surge em meados de 2016 para ser a referência norteadora da reformulação dos currículos escolares e dos processos nacionais de avaliação, estabelecendo dez competências gerais consideradas básicas para toda a Educação Básica.

A nova BNCC, entretanto, quando comparada a diretrizes anteriores e mesmo a padrões curriculares de outros países, revela limitações, desvios e problemas que podem se tornar insolúveis, a depender da forma como se querará implantá-la – quer seja a toque de caixa, ou de forma democrática. Sua tramitação no Congresso Nacional, durante curtos dois anos, foi profundamente questionada pelos defensores da educação pública, laica, de qualidade e socialmente referenciada (associações, organizações, sindicatos docentes e representações estudantis), mas defendida, entre unhas e dentes, por diversos atores sociais que lutaram pela adequação do sistema educacional brasileiro às determinações do sistema mundial de produção em bases capitalistas e ao ideário neoliberal, ou seja: grandes fundações empresariais e sociais – Lemann, Maria Cecilia Souto Vidigal, Roberto Marinho; institutos – Ayrton Senna, Inspirare, Natura, Unibanco – e movimentos e organizações educacionais, em sua maioria, privadas – Todos Pela Educação, Movimento pela Base Nacional Comum, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Movimento Escola Sem Partido etc.

Dessa forma, nos perguntamos, na presente fala, se a BNCC é um programa equivocado ou um equívoco programado, dada a concepção fragmentada de educação e das normas que a orientam.

Referência Bibliográfica:

BRASIL. Ministério de Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2018.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)

Professor Marco Antonio Aguiar Santos

As sociedades, ao longo de sua evolução histórica, apresentam novas necessidades e competências, nos campos social e tecnológico. Logo a educação, como um dos campos deste enorme escopo, é responsável pela formação e preparação do indivíduo na sua introdução e integração nesta sociedade. Com o surgimento de novas competências, nem sempre conseguimos ter a mesma educação em tempo hábil. Pensado por exemplo em disciplinas que atendam a necessidade moderna. Em nenhuma das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), como a 4.026/61, 5.692/71 e mesmo a atual 9.394/96 contemplaram ou pensaram em disciplinas emergentes nos currículos escolares, da educação básica em especial, que atendessem as disciplinas como Informática, Robótica, Educação Financeira, etc.

O artigo 62, da atual LDBEN 9.394/96, em seu §8 destaca que medidas provisórias como a nº 746, de 2016 já orientava a formação dos docentes, bem como os currículos dos cursos de formação de professores destacados na lei nº 13.415/2017, ambos tendo como referência a BNCC. Porém a presente lei, ainda na época de sua promulgação manteve um problema existente nas LDBENs anteriores. Não há uma previsão ou preocupação para disciplinas emergentes nos currículos da educação básica. Muito embora essa situação tenha sido amenizada com os novos artigos 62-a que apresenta conteúdos técnicos e pedagógicos e inclusão de habilitações tecnológicas somente para o Ensino Médio. Isto continuaria não resolvendo a situação da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Em 1996, a LDBEN, como citado, não previa nada sobre disciplinas emergentes, como a Informática Educacional que antes era atividade extracurricular em algumas escolas, somente nos anos 1990 se transformaria em disciplina em muitas escolas da rede privada carioca, no atual Ensino Fundamental. Entre os problemas enfrentados estava a formação do professor, na maioria das vezes, técnicos de informática ou usuários de computador com formação docente em outra área. Na escola onde atuei tinha até um professor sem graduação superior lecionando. O segundo problema era a

matéria que a disciplina iria trabalhar. Qual conteúdo ensinar em uma série ou em outra. Diferente de disciplinas tradicionais, a diversidade de matérias da informática acabava sendo um problema.

Em uma rede de quatro colégios, era quase impossível estabelecer um currículo padrão para os mesmos. Entre os anos 1994-2009, foi tentado organizar a equipe, criar uma grade curricular onde cada série iria tratar uma matéria específica, (o que esbarrava também nos recursos técnicos disponíveis) e preparar os professores para desenvolver uma atividade pedagógica eficiente. A equipe tinha apenas cinco professores licenciados em alguma disciplina ou em Pedagogia. Os demais eram técnicos, sem formação pedagógica e dificuldades em manter um processo educativo eficiente no Ensino Fundamental. Com o Ensino Médio, a grade curricular funcionava para o Ensino Técnico-Profissionalizante embora a formação geral era também deficiente. A LDBEN, mesmo que tenha novas emendas ou alterações, ainda precisará pensar como a escola prepara para a vida. Com essas novas competências.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. *Lei nº 4.026 de 20 de Dezembro de 1961*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4026-20-dezembro-1961-353724-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em outubro de 2018.

_____. *Lei nº 5.692 de 11 de Agosto de 1971*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm>. Acesso em outubro de 2018.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em outubro de 2018.

_____. *Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em outubro de 2018.

PERRENOUD, Philippe. *Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida*. Porto Alegre: Penso, 2013.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Professor Francisco Cordeiro Filho

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram elaborados a partir de 1995 e seus textos foram submetidos a diferentes instituições, recebendo inúmeros pareceres que foram articulados com o Plano Nacional de Educação do MEC, visando uma proposta de educação comprometida com a cidadania e embasada no texto constitucional vigente. Os autores procuraram criar assim um referencial comum para a formação escolar no Brasil, capaz de assumir tudo aquilo que deveria ser garantido a todos, atendendo assim a uma realidade em que existe uma enorme diversidade regional, cultural e política como a do nosso país. Os PCN são assim, a consequência de um extenso trabalho que envolveu a participação de muitos educadores brasileiros, apoiados em suas experiências e pesquisas. Em todas as etapas dos encontros e discussões sempre se procurou alcançar uma uniformização que ao mesmo tempo não descaracterizasse ou desvalorizasse as peculiaridades regionais, construindo-se assim o fortalecimento de uma unidade nacional e a consciência da importância da responsabilidade do Governo Federal com a educação. Além disso, tornou-se consenso a necessidade de sempre existir flexibilidade para fazer adaptações e ajustes que integrassem as diferentes dimensões de uma prática educacional inovadora. Nesse sentido, os PCN identificaram as abordagens programáticas tradicionais e procuraram relacioná-las com o cotidiano, oferecendo condições de assimilação do desenvolvimento das novas linguagens e conquistas tecnológicas e científicas. No âmbito das mudanças propostas pelos PCN, ganha força a ideia de que é importante “aprender a aprender” proporcionando-se assim, aos educandos, o estímulo pela curiosidade e a percepção de que o conhecimento produz a descoberta de novos desafios e a busca de novas soluções.

Como suporte aos PCN está presente a Constituição Federal de 1988 (CRFB), que afirma em seu artigo 205 ser a Educação um direito de todos, visando “*ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*” (CRFB/88 art. 205) esse mesmo texto afirma ser dever comum da união, estados e municípios, cuidar das questões da educação brasileira.

A sequência dos debates provocados em torno dos PCN sugeriu que os ensinos Fundamental e Médio fossem analisados em relação à criação de um núcleo comum de disciplinas, obrigatório no âmbito nacional, que incluísse estudos de língua portuguesa, matemática, do mundo físico, da realidade política e social, da arte e educação física. No contexto dessa proposta nacional comum, cada unidade da federação deveria propor seu próprio currículo, respeitando as peculiaridades locais e as especificidades dos planos e projetos pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, além das diferenças individuais no plano sócio cultural dos alunos. A evolução desse processo conduziu à categorização de três áreas que estão atualmente na Base Nacional Comum (BNCC) dos currículos das escolas de ensino médio: (a) Linguagens, códigos e suas tecnologias; (b) Ciências da natureza, Matemática e suas tecnologias e (c) Ciências humanas e suas tecnologias. As Propostas pedagógicas para essas áreas deverão estabelecer: (a) as proporções de cada área no conjunto do currículo; (b) os conteúdos a serem incluídos em cada área, tomando como referência as respectivas competências e (c) os conteúdos e competências a serem incluídos na parte diversificada, os quais poderão ser selecionados em uma ou mais áreas, reagrupados e organizados de acordo com critérios que atendam às necessidades locais.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em outubro de 2018.

BRASIL. Ministério de Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM)*. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>>. Acesso em outubro de 2018.

Educação física e filosofia: uma abordagem interdisciplinar

Professora Paula Crespo Cerri

A partir do aprofundamento dos estudos em Educação Física e em Filosofia, pode concatenar as ideias que permeiam estes saberes nas aulas de Educação Física escolar.

Inicialmente, pude perceber que, como professora de Educação Física, estava em contato direto com os corpos dos alunos, corpos que ora expressam vontade, ora constroem-se. E, por ser uma disciplina que, por muitos anos, priorizou seu caráter prático (o corpo deverá estar em movimento), o aluno sente-se obrigado a justificar o corpo inerte. Com isso, corpos que se expressam simbolicamente, bem como justificativas dos corpos inertes, resultaram, assim, na aproximação e no conhecimento dos alunos. Conhecer o perfil do alunado é substancialmente importante para direcionar e decidir qual caminho utilizar, a fim de que ocorra a aprendizagem. Estar de posse desse conhecimento, inerente à própria Educação Física, foi um facilitador para este processo.

As turmas em que trabalhei e trabalho esta interdisciplinaridade possuem interesses diversos. Para as turmas que têm predileção por questões políticas, durante a aula sobre conceitos e diferenças entre Jogo X Esporte, fizemos conjuntamente pesquisa etimológica sobre as origens dos vocábulos e questionamos o surgimento do esporte como uma oportunidade do sistema capitalista de transformar jogo em mais um mercado.

Para as turmas que gostam de declarar opiniões sobre ética, podemos utilizar-nos das regras dos próprios jogos realizados e discutir se as ações pautadas nas regras eram praticadas como dever ou por outros motivos externos à própria regra (juiz, outros jogadores, punições). Outras preferiram quando abordei temas atuais como: gênero, preconceito, diversidade, multiculturalismo e questionamos sobre as relações de poder, proprietários e não-proprietários, corpo como propriedade e lógica binária de controle social, além de utilizarmos a literatura para aumentarmos nossa sensibilidade pelo reconhecimento da cultura do outro.

Uma turma apontou muita curiosidade quando abordei a importância do conhecimento de si. Por meio de um filme transmitido em aula, pude fazer analogia entre alterações fisiológicas pelo estresse – sistema de luta ou fuga – e o conhecimento de si como conhecimento primordial para evitarmos alterações emocionais (bioquímicas) para determinados encontros.

A abordagem interdisciplinar foi elaborada para despertar a postura filosófica dos alunos conjuntamente com suas expressões pelo corpo integral, um corpo que se expressa com criticidade, investigação dos conceitos e movimentos impostos socialmente, representação do ser como parte do todo que incorpora o mundo externo e representa o seu mundo interno, externamente a fim de transmutá-lo.

Matemática e Filosofia: uma abordagem interdisciplinar

Professor Luiz Alexandre Ferreira Gomes

Quando na data de 2 de julho de 2008, José Alencar, presidente da República em exercício, sancionou a lei que tornava obrigatórias o ensino de filosofia e de sociologia nas escolas públicas e privadas do ensino médio, estas haviam percorrido um périplo de trinta anos após ausências. Nesse interregno, os departamentos de filosofia das universidades brasileiras não se detiveram apenas nas críticas a esse deslante, mas promoveram um movimento de defesa pelo seu retorno. A presença se fez na construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na lei 9.394/96, nos temas transversais, culminando no novo projeto de lei aprovado em 2008, lei 11.684. No entanto, uma reforma de intenções tecnicistas, similar à ocorrida em 1971, volve a “ganga” para excluí-las novamente.

Recentemente, em estudo encomendado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dois pesquisadores alegam que a presença das disciplinas, filosofia e sociologia, como componentes curriculares obrigatórios no Ensino Médio prejudica a aprendizagem dos estudantes em matemática, essencialmente os de baixa renda. Os pesquisadores tomaram como base os resultados de estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em dois momentos, 2009 e 2012. Há inconsistências na metodologia desse estudo realizado e na sua intenção, uma vez que muitas questões explicariam o desempenho insatisfatório não só em português e em matemática, mas em outras disciplinas. Insuficientes investimentos, precariedade estrutural, física e filosófica, dentre outros problemas, além da sobrecarga de conteúdos em cada disciplina, que não consegue dar conta de sua extensão.

Na história do pensamento ocidental, matemática e filosofia permearam-se mais de uma vez assim como se serviram de suporte. Na antiguidade, a elaboração de um pensamento abstrato fez com que os gregos buscassem o conhecimento pelo conhecimento – maneira inédita de se debruçar sobre questões – distinguindo-se dos egípcios que intentavam conhecimentos para utilizações cotidianas. Como, por exemplo, a geometria que era aplicada na agrimensura e na arquitetura. Seus grandes monumentos atestam êxitos obtidos.

Se a filosofia tem data e local de nascimento, da matemática – aritmética e geometria – já não se pode dizer o mesmo. Ela encontrará na Grécia pessoas dispostas a lhes dar escopo formal através de postulados e teoremas, não sendo, portanto, de origem grega. Os gregos preconizavam que o estudo da geometria era uma ferramenta para o desenvolvimento do pensamento abstrato. Destarte, Platão tinha uma tábua afixada na entrada de sua academia, algo como os seguintes dizeres: ‘Não entre aqui se não souber geometria’. Entendiam que o conhecimento dessa ciência possibilitava pensar mais clara e logicamente.

Daí a necessidade de uma abordagem interdisciplinar entre filosofia e matemática, por exemplo, para mostrar a importância da filosofia no currículo do ensino básico, a partir do ensino fundamental II, desmistificando certos conteúdos matemáticos e atrelá-los à filosofia, já que muitos de nossos filósofos pensaram de maneira integrada, sem esquecer da lógica, que é tanto parte da matemática quanto da filosofia.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. *Lei nº 5.692 de 11 de Agosto de 1971*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm>. Acesso em outubro de 2018.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em outubro de 2018.

_____. *Lei nº 11.684 de 02 de Junho de 2008*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm>. Acesso em outubro de 2018.

NIQUITO, T. W.; SACHSIDA, A. *Efeitos da Inserção das Disciplinas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio Sobre o Desempenho Escolar*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/180425_td_2384.pdf>. Acesso em outubro de 2018.

Química e Filosofia: uma abordagem interdisciplinar

Professora Paula Macedo Lessa dos Santos

Para além de uma abordagem histórica da química no ensino de química, onde as bases epistemológicas desta ciência nos remete à antiguidade clássica, sobretudo aos filósofos gregos do século V a. C., é na filosofia, no exercício da lógica e da razão que muitas teorias científicas encontraram as suas raízes. A presente reflexão é uma provocação em dois sentidos: a gênese de teorias científicas, como a teoria atômica, a partir da construção de conceitos filosóficos antigos e a construção de conceitos como prática interdisciplinar e multidisciplinar em temas emergentes do século XXI, como a sustentabilidade. Nos livros de química da educação básica e superior, a ideia de átomo proposta por Leucipo e Demócrito é apresentada de maneira superficial. Os livros não apresentam e nem discutem o encadeamento lógico acerca do caráter mutável do mundo das escolas eleática e atomística que deram origem ao atomismo (PORTO, 2013). O resgate das ideias atomísticas no Renascimento, fortaleceu-se nos séculos seguintes graças à introdução da experimentação nas ciências até que, em pleno século XX, o ente atômico foi apresentado à comunidade científica fortalecido pelos avanços da química e da física modernas. No século XXI imagens de moléculas geradas por microscopia de força atômica, dentre outras técnicas microscópicas, corroboram teorias lançadas há mais de 2.500 anos. Isso nos mostra a importância da discussão em torno de um conceito para desenvolvê-lo.

Em sua prática docente, o professor pode trabalhar a construção de conceitos como forma de organizar os conhecimentos prévios dos alunos e promover a interação a novos conhecimentos, como propõe a teoria da aprendizagem significativa (MOREIRA, 1999). Aliada a esta proposta, os métodos de aprendizagem cooperativa, como o *graffiti* colaborativo (LOPES, 2009), pode ser empregado como um organizador prévio onde os alunos, organizados em grupos de quatro ou cinco participantes, constroem os conceitos. Em nossa experiência em sala de aula, o conceito de “química” e de “sustentabilidade” foram trabalhados junto aos alunos a partir desses referenciais teóricos e, como resultado, foram obtidas nuvens de palavras que remetem não só ao conceito formal dos termos como também a uma visão interdisciplinar que abarca

outros campos do conhecimento. É importante destacar que o tema sustentabilidade é recorrente nas versões do ano de 2018 da Base Nacional Comum Curricular para os ensinos fundamental e médio perpassando todas as áreas do conhecimento. Assim, a arte de criar conceitos, própria da filosofia (DELEUZE & GUATTARI, 2016), pode inspirar o trabalho docente de outras disciplinas de forma a integrar os saberes do aluno ao saber escolar.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Ministério de Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2018.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F.; *O que é Filosofia?* 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2016.

LOPES, J. e Silva, H. S. *Aprendizagem cooperativa em sala de aula: um guia prático para o professor*. Lisboa: Lidel, 2009.

MOREIRA, M. A. *Aprendizagem significativa*. Brasília: Editora UnB, 1999.

PORTO, C. M.; O atomismo grego e o pensamento físico moderno. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 35, n. 4, 4601, 2013.

Pela criação de metodologias no Ensino de Filosofia

Professor Bernardo Boelsums Barreto Sansevero

Com este trabalho pretendo mostrar a importância da criação de metodologias para o ensino de filosofia no nível médio. A predominância excessiva das aulas expositivas nas universidades e no próprio ensino médio traz consigo uma necessidade de repensar as formas de ensinar filosofia. Meu objetivo é mostrar as limitações da aula expositiva e apresentar duas propostas de metodologias alternativas a partir de minha experiência como docente: (1) a produção imagética do percurso de uma pesquisa de iniciação científica júnior; (2) a produção artesanal de apostilas de estudos usadas ao longo de um trimestre letivo.

No primeiro caso, trata-se de destacar o ganho pedagógico adquirido com a proposta de traduzir em forma de desenho o percurso de uma iniciação científica júnior. Depois de estudar a maior parte dos capítulos do livro *História do pensamento ocidental*, de Bertrand Russell, e aprofundar em filósofos específicos, decidimos fazer o pôster de apresentação do trabalho em forma de desenho. Esta proposta foi inspirada no livro *Ciência nova*, do filósofo Giambattista Vico. No início desta obra, Vico apresenta um desenho com o intuito de resumir, de forma imagética, o todo da obra. A aplicação desta proposta na iniciação científica gerou um resultado imediato: uma ampliação significativa do engajamento de todos os integrantes do grupo de pesquisa na confecção do trabalho de apresentação. Com a confecção de um desenho a partir dos estudos feitos, todos se sentiram aptos a intervir na produção do trabalho, criando uma comunidade criativa horizontal, diferente de uma produção onde a criação está subordinada a um guia específico ou a um modelo bem cristalizado. Neste caso específico, a criação da metodologia promoveu uma participação mais significativa de todos os membros do grupo.

No segundo caso, da produção artesanal de apostilas para estudo, pretendo destacar a criação de vínculo com o livro produzido por eles mesmos, bem como a oportunidade do estudo autônomo do aluno para além da sala de aula ou do momento específico da vida escolar. A confecção das apostilas foi inspirada nas Editoras

Cartoneras que surgiram em Buenos Aires, em 2003, como forma de produção editorial independente, uma alternativa às grandes editoras. A utilização desta metodologia na sala de aula pretende incentivar a autonomia do aluno na sua relação direta com o texto, além de incentivar a produção textual do discente, que realiza parte dos trabalhos na própria apostila, levando-a como recordação e material de estudo no fim de cada semestre letivo.

A partir destas duas experiências de metodologia de ensino, pretendo mostrar que a criação de metodologias traz, em seu cerne, um incentivo à reflexão filosófica, tanto por parte do docente quanto dos discentes, uma vez que os envolvidos precisam repensar as formas estabelecidas de aprender e ensinar filosofia.

Dificuldades do professor de filosofia recém-formado: o desenvolvimento do perfil profissional e a elaboração de uma metodologia própria

Professora Fabiana Lessa dos Santos

Articular os saberes oriundos da formação na universidade com a prática docente é uma tarefa desafiadora por se tratar do embate entre dois universos que se diferenciam em muitos aspectos. Sair da condição de estudante para a de professor regente é o primeiro grande desafio, é dar-se conta da responsabilidade que se tem de assumir a formação de diversos jovens.

Cada ambiente escolar apresenta uma realidade diferente e esta percepção por parte do professor é fundamental para entender as demandas dos estudantes e compreender como trabalhar a filosofia da melhor forma possível. É necessário manter viva a provocação como motor para conhecer os conceitos apresentados ao longo da tradição filosófica para, então, criar novos conceitos (GALLO, 2012) a partir dos questionamentos dos estudantes. A linguagem filosófica é também um elemento fundamental na prática docente (RODRIGO, 2009), pois ela garante a transposição didática do discurso acadêmico para o discurso escolar a fim de garantir que os conceitos filosóficos sejam apreendidos corretamente. Esse não é um movimento simples, principalmente porque o senso comum muitas vezes está o tempo todo fortemente presente no discurso dos estudantes. Portanto, conceber os conceitos filosóficos e confrontá-los com o senso comum (MARCONDES, 2011) é um movimento desafiador que permeia as aulas de filosofia. A administração do tempo de aula, a revisão do conteúdo do livro didático, a escolha do método de avaliação e a elaboração das aulas são questões fundamentais que exercem um peso grande nos primeiros passos da carreira docente. Todas estão intimamente ligadas à pouca experiência do professor recém-formado. Entende-se que os primeiros meses, ou talvez anos da profissão, sejam fundamentais para a construção da identidade profissional que só será mais amadurecida após experimentar e testar metodologias em sala de aula.

A aula é um organismo vivo. Ainda que planejada, ao executá-la torna-se um elemento inesperado. Um jovem professor que ainda controla seu nervosismo desenvolve segurança e maturidade profissional sente o desafio diariamente. Embora possa existir qualquer dificuldade, o professor de filosofia no ensino médio possui um grande aliado, que é o perfil curioso e crítico do jovem estudante. A filosofia conduz as questões que esse jovem possui à diversidade de conceitos e ideias que podem enriquecer sua bagagem crítica e de conhecimento.

Referências Bibliográficas:

GALLO, S. *Metodologia do ensino de Filosofia*. Campinas: Papirus, 2012.

MARCONDES, D., & Franco, I. *A Filosofia; O Que É? Para Que Serve?* Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

RODRIGO, L. M. *Filosofia em sala de aula - teoria e prática para o ensino médio*. Campinas: Autores Associados, 2009.

Pensando novos modos de aprender a ensinar

Professor Lucio Lauro B. Massafferri Salles

Apresentarei algumas reflexões baseadas em um estudo de caso envolvendo Escolas onde eu leciono, destacando em quais aspectos significativos essas Escolas apresentam diferenças nos perfis dos seus respectivos alunados. Um dos objetivos desse estudo é o de poder compreender melhor as demandas e as necessidades dos estudantes, a fim de poder construir um maior aprofundamento na elaboração de instrumentos de transmissão e de produção de conhecimento mais adequados às realidades cotidianas e às aspirações dos estudantes. A experiência recente com a realização de seminários contínuos, que são elaborados e apresentados pelos estudantes em todos os bimestres letivos, acabou se consolidando como um desses instrumentos metodológicos. Essas atividades tornaram-se um elemento metodológico importante, à medida que foram se constituindo como alternativas criativas para as aulas expositivas tradicionais, em que o docente, em geral, age como um protagonista ativo, expondo os conteúdos oralmente ou por escrito. Os seminários contínuos são atividades que proporcionam aos estudantes uma experiência de maior atividade na produção e no compartilhamento dos conteúdos levantados a partir da pesquisa e da leitura feitas por eles, o que faz com que todos os estudantes possam ocupar o papel de agente de transmissão de conteúdo, para os demais colegas, além de dar causa a debates e discussões, ao fim da apresentação, tendo o professor no papel específico de mediador e moderador do debate.

O segundo objetivo desse estudo de caso é o de colocar em discussão com colegas docentes a constatação de um fenômeno de grande relevância que se observou nessas Escolas a partir de determinadas apresentações de seminários contínuos. Trata-se do fato de que a temática da “Depressão” esteve presente em todos os ciclos de seminários contínuos, nessas Escolas, ou seja, todas as turmas tiveram ao menos um grupo de estudantes que se prontificou, por livre escolha, a apresentar trabalho sobre o problema da depressão. Ao longo das diversas apresentações pudemos constatar que essas escolhas temáticas baseavam-se não só em um desejo grande dos jovens em conhecer e poder compartilhar conhecimentos mais profundos sobre esse tipo de afecção psíquica, como também deles poderem situar esses seus interesses em

experiências próprias, seja por terem sofrido uma depressão, seja por estarem sofrendo, ou mesmo por terem familiares ou amigos com esse tipo de problema. Assim, de um modo geral, esse estudo de casos compreende uma análise profunda junto às equipes de orientação pedagógica das Escolas, no sentido de identificar e analisar casos de estudantes que, ao invés de se inserirem num quadro típico de “baixo rendimento” ou aproveitamento escolar, se encontrariam, na verdade, ligados a uma experiência de depressão pessoal ou em seu núcleo próximo de convívio afetivo.

A partir desse Estudo, decidiu-se ampliar o campo de ação desse tema, que aparece constantemente nos seminários contínuos, para a realização de Rodas de Conversa nos espaços das Escolas, para além da sala de aula, sobre o tema da “Depressão”, a fim de proporcionar aos estudantes um maior esclarecimento sobre essa espécie de afecção, além de poder ouvir o que eles têm a dizer sobre essa questão.

Palavras-Chave: Educação; Metodologia; Avaliação Formativa; Depressão.

A metodologia do ensino de Filosofia em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Professor Ricardo Pedroza Vieira

Esta apresentação pretende abordar, em uma dinâmica mista de reflexão pedagógica livre e relato de experiência, três eixos principais de discussão a respeito da metodologia de ensino de Filosofia em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA): didática, currículo e avaliação.

Discutiremos comparativamente as especificidades do EJA por contraste ao ensino médio regular e ao ensino superior, levando em consideração os aspectos cognitivos decorrentes da defasagem idade-série e a função social do EJA no Brasil. Estes problemas em particular devem ser levados em conta na reflexão e formulação dos objetivos pedagógicos da disciplina Filosofia neste nível de ensino, que não podem se confundir com o treinamento para a pesquisa especializada característico do ensino superior, nem com o aspecto de preparação para o ENEM e para os estudos superiores que costuma caracterizar o ensino médio regular.

Argumentaremos a favor de uma didática voltada principalmente para o desenvolvimento do letramento e do caráter ético-político da aprendizagem e da interação social; de um currículo construído em diálogo os alunos, voltado para o desenvolvimento de habilidades e adaptável em torno de eixos temáticos; e de um processo avaliativo com maior ênfase em avaliações diagnósticas e formativas e menor peso nos momentos de verificação de conteúdos. Estes elementos metodológicos podem, certamente, ser utilizados também em outros níveis de ensino, mas argumentaremos no sentido de sua relevância especial para o EJA.

Um elemento importante o horizonte orientador desta concepção pedagógica é a compreensão de que o processo pedagógico em si mesmo é mais relevante do que os conteúdos ensinados, de tal modo que, ao contrário do que se poderia esperar, estes últimos devem ser ferramentas daquele primeiro. O objetivo deste enfoque é desenvolver conteúdos atitudinais que possibilitem ganhos de autonomia e maior grau de consciência a respeito da aprendizagem, ainda que ao preço de um avanço relativamente lento na aquisição de conhecimento teórico. Do ponto de vista filosófico,

nosso horizonte pedagógico alinha-se com uma concepção da filosofia como uma atividade não estritamente acadêmica, mas constituidora, a nível hermenêutico, da própria potência cognitiva.

Nesse sentido, filosofar é um ato que podemos formular, a título de esboço, como: um aprender autorreflexivo, em que método e conteúdo tendem a coincidir no mesmo objeto, que se potencializa conforme se conquista a si mesmo problematicamente como fundamento existencial. Esta concepção contrasta com uma concepção tecnocrata do aprendizado como mero instrumento de aquisição de resultados predeterminados, orientado pelos critérios de eficiência e utilidade imediata, cujo viés normalizador e disciplinar entendemos como essencialmente antipedagógico.